

Fundamentos do Serviço Social

TEMPLATE - TRABALHO COMPLETO - Apresentação Comunicação Oral

As condições de trabalho do/a assistente social docente nas IES de Boa Vista-RR: a formação graduada em Serviço Social

Maria Gracileide Alberto Lopes ¹ Roberta Ferreira Coelho de Andrade²

Resumo: Esse artigo reflete sobre as condições de trabalho do/a assistente social docente na formação graduada em Serviço Social de dois cursos presenciais da cidade de Boa Vista-RR no ano de 2017. O objeto de estudo está relacionado à temática de fundamentos do Serviço Social, formação profissional e condições de trabalho. Objetiva apresentar as condições de trabalho impostas aos/as assistente social docentes nos cursos das IES de Boa Vista — RR. A pesquisa em questão é fruto de fontes primárias levantadas para construção da dissertação de mestrado. Para tanto, foi necessário se utilizar de procedimentos metodológicos quantitativos e qualitativos de análise. Como técnicas metodológicas, adotou-se pesquisa bibliográfica e de campo possibilitando, assim, a apropriação do objeto de estudo em suas diversas particularidades. A pesquisa revelou que exercer a docência nas IES pesquisadas é extrapolar a jornada de trabalho semanal e ainda levar trabalho para casa nos fins de semana, bem como não receber remuneração pelas atividades extras realizadas.

Palavras-chave: Formação Profissional, Trabalho Docente, Condições de Trabalho.

Abstract: This article reflects on the working conditions of the social teaching assistant in the graduate training in Social Work of two face-to-face courses in the city of Boa Vista-RR in the year 2017. The object of study is related to the themes of Social Work, vocational training and working conditions. It aims to present the working conditions imposed to the social assistant teachers in the courses of the institutions of Boa Vista - RR. The research in question is the result of primary sources raised for the construction of the master's thesis. For that, it was necessary to use quantitative and qualitative methods of analysis. As methodological techniques, a bibliographical and field research was adopted, thus allowing the appropriation of the object of study in its various particularities. The research revealed that teaching at the researched institutions is to extrapolate the weekly working day and still take work home on weekends, as well as not receive remuneration for the extra activities performed.

Keywords: Professional Qualification, Teaching, Working Conditions

_

¹ Assistente Social, Residente em saúde funcional no Hospital Universitário Gétulio Vargas/UFAM e Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM, e-mail: asgracilopes@hotmail.com ² Assistente Social, Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e e-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br



1 INTRODUÇÃO

Na política de educação superior, assim como nas demais, também se desenvolve o trabalho dos/as assistentes sociais, o qual, certamente, é uma tarefa ousada, instigante e desafiadora, sobretudo, no atual cenário econômico e político que vivemos nos últimos anos com os ataques constantes a essa política e seus trabalhadores. Nesta perspectiva, faz-se necessário apreender criticamente o trabalho docente desenvolvido por assistentes sociais na sociedade capitalista. Esse debate é polêmico tanto no Serviço Social como em outras áreas, especialmente, sobre as condições de trabalho.

Assim como em muitos espaços sócio-ocupacionais em que o assistente social atua, a docência é permeada de desafios que estão presentes no cotidiano do trabalho do/a assistente social docente, dentre eles: as próprias condições desse trabalho, o entendimento da instrumentalidade do trabalho do/a assistente social; os saberes necessários para o ensino do Serviço Social, a necessidade do domínio da didática, em fazer as mediações, em estabelecer a relação teórico-prática, em fazer a supervisão direta do estágio, em orientar o trabalho de conclusão de curso, em monitorar as atividades de extensão, entre outras.

Dentre esses desafios vivenciados na docência em Serviço Social, o que mais chama a nossa atenção para refletir nesse artigo são as condições atuais nas quais os/as assistentes sociais docentes exercem esse trabalho nas instituições de ensino da capital roraimense.

O presente estudo focaliza, então, as condições de trabalho a que esses profissionais estão submetidos e os desafios enfrentados para realizá-lo, sobretudo, no atual contexto de crise econômica e política que o Brasil enfrenta, além das contrarreformas no campo da educação e do trabalho que vêm sendo conduzidas pelo governo. Essas contrarreformas têm amplificado o processo de intensificação/exploração do trabalho dos docentes e, certamente, impactam na qualidade do ensino superior em curso no país.

As principais categorias analíticas que norteiam este trabalho são: formação profissional, trabalho docente e condições de trabalho. A abordagem metodológica utilizada foi a qualiquantitativa, com o desenvolvimento de uma pesquisa de natureza explicativa. A principal técnica utilizada foi a entrevista, tendo como instrumental de trabalho o formulário semiestruturado aplicado a docentes de dois cursos de Serviço Social, sendo um privado e



outro público. Constituem o universo da pesquisa todas as assistentes sociais docentes tanto da IES pública quanto da privada no ano de 2017, que totalizaram 17 (dezessete) professoras. É pertinente frisarmos que contrastar as condições de trabalho entre a instituição pública e privada não foi objetivo da pesquisa, entretanto foram perceptíveis algumas diferenças apontadas na análise desse trabalho. A amostra se restringiu a 12 (doze) professoras pesquisadas com mais de três anos de trabalho institucional, correspondendo a 70% do universo.

Os dados quantitativos coletados na pesquisa de campo foram analisados qualitativamente, dando a possibilidade de analisar e explorar os pontos importantes extraídos no decorrer da entrevista. Além disso, a análise qualitativa favorece não somente a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade.

De maneira geral, a pesquisa constatou que as condições de trabalho docente são permeadas por grandes desafios, isso porque, não é possível dentro da carga horária diária dar conta de todas as atividades, para isso, é preciso levar atividades para casa e, também para serem feitas nos finais de semana. Dessa forma, exercer a docência é ter cotidianamente uma sobrecarga de trabalho, ou seja, o trabalho é contínuo.

2 As condições de trabalho docente nas IES de Boa Vista-RR

É no contexto de mercantilização no qual se encontra a educação superior no Brasil que queremos pensar as condições do trabalho docente no Estado de Roraima, mais especificamente na capital Boa Vista, onde também é possível visualizarmos os reflexos da proliferação da lógica mercantilista nas instituições de ensino, que atingem diretamente os professores.

Ao fazer uma análise sobre o crescimento da oferta do curso de Serviço Social no Brasil, lamamoto (2005) nos diz que, no fim da década de 1990, havia 55 cursos de Serviço Social e esse quadro se modificou assustadoramente, isso porque, se tomarmos por base o início dos anos 2000, teremos um salto do número expressivo de profissionais que se formaram nas diversas modalidades em que o curso é ofertado no país, colocando em xeque o projeto de formação profissional que o Serviço Social acredita e defende.

A formação profissional que o Serviço Social almeja está centrada numa perspectiva diferente do atual projeto de educação superior em curso no país; acreditamos e



defendemos uma formação que não seja instrumental, mas, isso não é o que o mercado quer, nem deseja. É claro que diretamente o que chega para os estudantes em sala de aula é a predominância de um ensino sem articulação com a pesquisa e com a extensão, essa é a realidade da maioria dos cursos superiores no Brasil, principalmente no ensino privado.

Isso certamente fere o assistente social enquanto trabalhador, pois, ao exercer a docência em Serviço Social, o profissional realiza uma atribuição privativa. Todavia, seja ao assumir a docência, atuar na saúde ou nos diversos campos em que trabalha esse profissional, está sendo exposto a condições bem adversas de trabalho. Isso se deve à atual conjuntura enfrentada no campo da política e dos direitos sociais, visto que as inúmeras reformas propostas pelo governo ilegítimo têm atingido diretamente a classe trabalhadora, e o assistente social faz parte dessa classe. Diante desse quadro em que se encontra o ensino superior no país, em que as condições sócio-ocupacionais do trabalho docente têm sido constantemente reeditadas à luz da lógica das reformas neoliberais, é que centramos as análises das condições de trabalho das assistentes sociais docentes entrevistadas.

Ressalta-se que não era objetivo do estudo contrastar as condições de trabalho entre o ensino público e o privado, como já mencionado na nota introdutória desse trabalho, entretanto, o quesito das condições de trabalho foi um elemento que apareceu de forma significativa na realização da pesquisa trazendo a diferença entre as instituições e, portanto, julgamos importante expor que nos dois espaços de trabalho há diferenças quanto às condições do trabalho realizado nas instituições pesquisadas.

A estrutura física apareceu como um dos elementos diferenciadores. Todas as professoras da instituição pública mencionaram a falta de espaço físico, de salas de aulas, de sala dos professores, de espaço físico para planejar aulas e orientar os alunos, bem como as precárias instalações físicas da instituição. Já as professores da instituição privada não mencionaram a questão de estrutura física e sim a exigência do cumprimento de metas e produtividade com elaboração de relatórios para comprovar o trabalho realizado dentro e fora da sala de aula, o excessivo número de alunos nas turmas, principalmente de estágio e trabalho de conclusão de curso e o volume de trabalho que levam para casa e que não são remuneradas por ele.

Mesmo diante dessas diferenças apresentadas pelas entrevistadas em suas instituições de trabalho, julgamos pertinente saber se elas consideram adequadas ou não as condições em que exercem a docência. Sobre isso, a pesquisa revelou que a maioria das docentes (67%) justificou que as condições de trabalho são adequadas e 33% disseram não



ser adequadas. A maioria que afirmou ter as condições de trabalho adequadas é docente da instituição privada, revelando, portanto uma contradição nas respostas das mesmas.

Ao questionarmos o porquê das mesmas indicarem satisfação com tais condições, a grande maioria destacou que é pelo fato da IES dar todas as condições físicas, materiais e logísticas e por atender questões no âmbito salarial e dos direitos trabalhistas. Essas justificativas foram dadas pelas docentes que atuam na instituição privada, uma vez que todas endossaram que suas condições de trabalho são adequadas. Merece atenção observamos que todas as docentes da instituição pública disseram ao contrário, para elas faltam muitos elementos materiais, estruturais e logísticos para que o trabalho seja desenvolvido com qualidade e tenham melhores condições de trabalho.

A pesquisa apontou que todas as assistentes sociais docentes, tanto as que trabalham na instituição pública quanto na privada, se referiram às condições de trabalho quanto aos quesitos de infraestrutura, salarial e dos direitos trabalhistas. Entretanto, ao pensarmos nas condições de trabalho docente, elas nos remetem a um conjunto de circunstâncias das quais dependem a realização do trabalho docente, e não apenas relacionadas às condições materiais no âmbito das IES. Sobre isso, Pinto (2014, p. 667-668) afirma que é preciso um conjunto de condições para exercer a atividade docente, tais como:

1) Infraestrutura, equipamentos; 2) autonomia como principio de organização desse trabalho que deve ser conferida frente a religiões, governos e partidos; 3) democracia como base para desenvolvê-lo em sua central característica, que é produzir e fomentar o pensar crítico, com pluralismo, direito ao contraditório e ao exercício da troca de conhecimentos; 4) estabilidade e direitos trabalhistas assegurados com carreira estruturada, para desenvolver sua relação profissional com dedicação e segurança sem ser demitido ou ter sua aposentadoria usurpada; 5) bons salários e política salarial definida para dar sustento para si e para sua família e ter como se capacitar no desenvolvimento de seu trabalho; 6) garantia de direitos paritários e isonômicos entre os que realizam essa atividade e os que já realizaram; 7) estabelecimento de relação entre exercício direto da atividade de ensino, pesquisa e extensão com o tempo necessário para pensar e exercer o trabalho, o que envolve relação professor-aluno, tempo de estudo, de produzir novos conhecimentos; 8) socialização do conhecimento, assim como pensar junto com a comunidade, usuários e, em especial, em conjunto com os movimentos sociais, as diretrizes da educação que queremos.

Para sabermos se de fato as condições de trabalho em que as docentes entrevistadas atuam atendem o que sinaliza a autora acima, buscaremos detalhar para fazer a análise de suas rotinas, cargas horárias, funções, atividades e produções, assim como, assinalar as reais condições em que trabalham as assistentes sociais docentes nas IES de



Boa Vista-RR. Com isso, extrairemos elementos basilares para apontarmos as contradições que se apresentam na realidade objetiva e que permeiam esse trabalho, o que é reiterado por Cury (1987, p. 16) ao afirmar que, "nesse trabalho dá-se a categoria da contradição um caráter central, especialmente nas relações que podem ser estabelecida para uma analise do fenômeno educativo".

Ao analisarmos as funções desempenhadas pelas assistentes sociais docentes entrevistadas percebemos que, além de todas (tanto as da instituição pública quanto da privada) exercerem a função de professoras, as mesmas também desempenham funções de coordenadoras de curso, bem como atividades administrativas.

Sendo assim, podemos inferir que as docentes entrevistadas exercem mais de uma função. Isso significa que simultaneamente exercem atividades pertinentes ao trabalho docentes, como: elaborar e ministrar aulas, corrigir provas e trabalhos, lançar notas, entre outras, bem como atividades burocráticas rotineiras pertinentes às atividades de gestão que também exercem na IES em que trabalham. O acúmulo dessas funções, certamente, ocasiona excesso de trabalho na rotina acadêmica dos professores, como assinala Mancebo (2013, p. 520), "no dia a dia acadêmico faz-se muito mais, sob a acumulação flexível, o trabalho docente, além de precarizado, foi flexibilizado e intensificado, mediante o aprofundamento de uma nova sociabilidade produtiva que alcança o limite extremo da autoexploração".

Numa sociedade marcada por uma "crise global" (HOBSBAWM, 1995) e pela mundialização econômica com políticas neoliberais, o espaço de trabalho do docente no ensino superior seja na graduação ou na pós-graduação é permeado de inversões de valores decorrentes dos novos valores e princípios que vão sendo estabelecidos, os quais, certamente, afetam a natureza do trabalho docente (MANCEBO, 2013).

Todas as docentes atuam na graduação, destas, 42% exercem a docência em cursos de especialização das IES, seguido de 8% que estão vinculadas ao mestrado/doutorado. Esse indicador revela que com isso as assistentes sociais docentes acumulam muitas atividades e o número expressivo de alunos nos diferentes níveis em que atuam. As docentes relataram ainda que, para isso, precisam trabalhar em dois turnos (vespertino e noturno), bem como nos finais de semana (PESQUISA DE CAMPO, 2017).

Acerca disso, Zabalza (2004) acrescenta que hoje, além do ensino, da pesquisa e da extensão, há também as atividades voltadas para administração em diversos setores da



instituição, além da função de orientação acadêmica: monografias, dissertações e teses. A essas outras funções se agregam, tornando mais complexo o exercício profissional:

O que alguns chamaram de *business* (busca de financiamento, negociação de projetos e convênios com empresas e instituições, assessorias, participação como especialistas em diversas instancias cientificas, etc.). E as relações institucionais (que são entendidas de diferentes maneiras: da representação da própria universidade nas inúmeras áreas em que é exigida até a criação e a manutenção de uma ampla rede de relações com outras universidades, empresas e instituições buscando reforçar o caráter teórico e prático da formação e, em alguns casos, seu caráter internacional) (ZABALZA, 2004, p. 109).

Não há dúvida que estamos diante de um processo de profundas modificações no cotidiano e na rotina das instituições públicas e privadas e, sobretudo, no trabalho do professor. Diante desse contexto, o docente é submetido a novos parâmetros para exploração de sua força de trabalho, especialmente no atarefamento diário e no processo de produção desse trabalho. Dessa forma, mesmo que formalmente esteja estabelecido um regime de trabalho, com horas semanais a serem cumpridas, os professores estendem essa jornada.

Acerca da extensiva jornada de trabalho, a pesquisa identificou que, além da jornada estipulada pela carga horária institucional todas (tanto as da instituição pública quanto privada) trabalham para além da carga horária institucional, 75% das entrevistadas trabalham em média 08 (oito) horas semanais a mais e 67% trabalham em média 10 (dez) horas a mais fora da carga horária institucional. Ao somarmos as horas trabalhadas diariamente dentro da carga horária e as horas extensivas, pode-se afirmar que a maioria das docentes trabalha 12 (doze) horas diárias. Isto, portanto, revela que as docentes entrevistadas levam trabalho para casa diariamente e/ou trabalham nos finais de semana. Essa questão foi tão enfatizada pelas entrevistadas. Dentre as falas, a professora nº 6 foi muito emblemática ao afirmar que:

Sem dúvida, para dar conta de elaborar plano de aula, elaborar aulas, elaborar provas, corrigir provas e trabalhos, lançar frequências e orientar alunos seja na construção do Tcc, na construção de projetos de pesquisa e nos planos e relatórios de estágio, as minhas atividades não se limitam a ir para sala de aula ministrar minha aula, as atividades extraclasses também fazem parte do professor, pois, ele é um profissional que leva trabalho pra casa, mas a IES não reconhece isso e nem somos remunerados por essas atividades (PESQUISA DE CAMPO, 2017).



Para atender e cumprir essas demandas de produtividade, advindas de trabalho extensivo a sua jornada diária, os professores precisam ampliar seu tempo de trabalho, exceder suas atividades para além do espaço da unidade acadêmica, e isso envolve, inclusive, a utilização dos finais de semana, feriados e, em muitos casos, até mesmo as férias. Em todos os casos, o fundamento central dessa expansão do tempo de trabalho é a instituição da lógica produtivista e mercantil nas universidades e, consequentemente, no trabalho docente (LEHER; LOPES, 2008).

Sobre essa expansão temporal da jornada, uma pesquisa desenvolvida por Mancebo (2011) investigou o trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e identificou que:

Muitos relatos remetem ao seguinte fato: vai-se fisicamente para casa, mas o dia de trabalho não termina, pois as "tarefas" são muitas, além das inovações tecnológicas (celulares e principalmente e-mails) possibilitarem a derrubada das barreiras entre o mundo pessoal e o mundo profissional. A jornada de trabalho, então, expandiu-se, mas nas estatísticas, esse dado tornasse invisível, diante de um trabalho prescrito de 40 horas somente. Assim, não foram raros os relatos de sacrifícios de tempo livre, trabalho nos finais de semana, aproveitando das férias para adiantamento de pesquisas, dentre outros procedimentos. (p. 74-75).

Esses mesmos relatos também foram identificados na pesquisa realizada em Boa Vista-RR com as docentes entrevistadas, revelando, portanto, que esta questão não é particular do/da docente do extremo norte do país, e sim uma realidade de âmbito nacional. Com isso, pode-se dizer que a jornada extensiva de trabalho realizada diariamente é a realidade da maioria dos docentes no Brasil.

A pesquisa que desenvolvemos apontou que, dentre os fatores que contribuem para que as docentes tenham uma jornada extensa, está o grande número de disciplinas ministradas no semestre, bem como todas as obrigações que precisam atender ao assumir cada disciplina no curso.

Fazendo uso da média aritmética foi possível identificarmos que as docentes entrevistadas ministraram em média 2,9 disciplinas no ano pesquisado. Dentre as professoras pesquisadas, duas ministraram a maior quantidade de disciplinas e acrescentaram ter orientado alunos de TCC, coordenado projetos de extensão e participado do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso. Esse contexto, sem dúvida, nos revela que, com esse número de disciplinas informado pelas pesquisadas, a sobrecarga de funções é presente no trabalho docente realizado pelas assistentes sociais nas IES.



As professoras entrevistadas responderam que ministram somente disciplinas específicas em matéria do Serviço Social. As mais identificadas foram: Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social, Política Social, Introdução ao Serviço Social, Introdução a Questão Social, Estágio Supervisionado, Administração e Planejamento em Serviço Social, Instrumentalidade do Serviço Social, Ética Profissional, Pesquisa em Serviço Social, Tópicos Especiais em Serviço Social.

Concomitante à ministração de disciplinas, como mencionado acima, as docentes desenvolvem também outras atividades. Para detalharmos como se dão essas atividades no cotidiano da docência, perguntamos quanto à orientação de alunos de TCC na instituição em que atuam. Das entrevistadas somente 25% orientaram alunos nos últimos semestres trabalhados. As professoras orientaram em média 10 (dez) alunos por semestre. A carga horária destinada à orientação de cada aluno é de 01h00 semanal.

As diretrizes curriculares nacionais que orientam a formação em Serviço Social são enfáticas ao assinalar que a construção do trabalho de conclusão de curso é também um momento importante na formação em que o aluno sintetizará e sistematizará todo conhecimento adquirido no processo acadêmico. Logo, é fundamental a condução para o desenvolvimento desse trabalho, ou seja, o professor orientador também é sujeito fundamental para subsidiar a construção do aluno e, para isso, sem dúvida, requer qualidade nas orientações e tempo disponível na sua carga horária semanal para que o professor conduza todo o processo de orientação.

Em relação ao desenvolvimento de projetos de pesquisas, de iniciação científica e extensão nos últimos semestres nas IES em que exercem o trabalho, as docentes se posicionaram da seguinte forma: apenas 17% desenvolveram projetos de pesquisas sem financiamento, vinculados às áreas de violência urbana e da pessoa idosa por serem áreas de estudos das professoras, as demais 83% não realizaram nenhum projeto de pesquisa. Em ambas as instituições pesquisadas, atualmente não há o desenvolvimento da política de iniciação científica apoiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Com relação a projetos de extensão, 33% desenvolveram projetos nas seguintes áreas: educação, sociojurídico, educação ambiental e formação profissional, as demais 67% não realizaram essa atividade.

Ao analisarmos as falas das entrevistadas, é possível considerarmos que tanto a pesquisa como a extensão nas IES em que atuam é tímida e/ou quase inexpressiva, revelando a predominância da formação apenas no âmbito do ensino de conteúdos em



moldes formais. Com isso, percebemos que há uma supremacia do ensino tradicional na formação dos cursos de Serviço Social, a qual é carente da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico articulado com a extensão por meio das práticas extensivas que ultrapassam os muros da universidade. Conforme asseveram Moita e Andrade (2009, p. 269), "a indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético".

No que se refere aos recursos didáticos que a IES dispõe para o desenvolvimento de suas atividades, a maioria (75%) apontou que a instituição disponibiliza os materiais de forma satisfatória, os quais são data show, apagador, pincel, cópias e livros, destacando ainda a disponibilidade de caixa de som, laboratórios e auditório. As demais 25% responderam que não consideram satisfatórios os recursos, pois, para elas, o notebook também deveria ser ofertado pela instituição sem que fosse preciso fazer uso do seu particular. Destacaram que é preciso um melhor espaço para atendimento ao aluno, bem como salas de aulas mais amplas e salas para professores.

Essa insatisfação quanto, sobretudo, ao espaço físico e aos recursos disponibilizados para as atividades docentes cotidianas foi predominante nas respostas das professoras que atuam na universidade pública. A realidade mencionada pelas entrevistadas no setor público é explicada ao analisarmos a forte influência da política neoliberal sobre o Estado brasileiro em que os investimentos para este setor são mínimos, principalmente para a política de educação pública. Isso, sem dúvida, reflete diretamente nas condições do trabalho docente, quando observamos universidades sucateadas em virtudes da redução e/ou falta de recursos financeiros para ser investidos.

Apesar da maioria das assistentes sociais docentes destacar que as condições de trabalhos nas instituições em que exercem a docência são adequadas, como revelamos anteriormente, ao perguntarmos acerca da sobrecarga e da exploração/intensificação, a pesquisa identificou a existência de um paradoxo nas respostas dadas pelas entrevistadas. Diferentemente do que disseram no quesito sobre as condições de trabalho, 67% manifestaram que se consideram sobrecarregadas devido ao volume de atividades docentes semanais que realizam e 33% disseram não se sentirem sobrecarregadas.

As professoras tanto da instituição privada quanto da pública consideram que há uma exploração do trabalho docente nas IES de Boa Vista-RR, conforme mencionou a maioria (75%). Segundo elas, isso é decorrente da reforma da educação superior, que



aproxima crescentemente a universidade – especialmente a pública da lógica do mercado; as demais 25% referiram que não há exploração do seu trabalho porque é do professor a escolha pela sua carga horária.

Analisando a questão acima, tomamos por base Dal Rosso (2008, p. 30), para quem a definição da intensificação do trabalho pressupõe:

a) a intensidade do trabalho diz respeito à quantidade de energia despendida pelo trabalhador na efetividade do trabalho; b) essa intensidade está centrada no trabalhador, individual ou coletivo, independente dos meios de produção; c) o trabalhador em sua totalidade, pois considera o dispêndio de energia física, intelectual e emocional; d) na contemporaneidade capitalista a intensidade do trabalho é observada em termos de resultados (quantitativos e qualitativos) do trabalho.

Com base nessa definição, podemos identificar que há a exploração do trabalho docente nas instituições pesquisadas, dada a extensiva jornada de trabalho semanal das assistentes sociais docentes, a realização das distintas funções desenvolvidas por elas, considerando o volume de tarefas executadas cotidianamente somadas à ministração de muitas disciplinas, além de funções administrativas desempenhadas sem remuneração extra.

Vale ressaltar que essa exploração/intensificação é realidade tanto no setor público quanto no privado, em função do crescimento exponencial do empresariamento educacional, no qual o trabalho docente está submetido diretamente às novas regras de trabalho inseridas pela reforma trabalhista imposta aos trabalhadores brasileiros em 2017, cuja característica é o brutal retrocesso dos direitos trabalhistas. A sobrecarga de trabalho crescente, a ampliação do quantitativo de alunos por turma e de turmas por professor, relatórios acadêmicos que medem a produtividade do professor são alguns dos exemplos de que esse trabalho é marcado por uma produtividade exacerbada (SILVA, 2012). Nesse sentido, conforme aponta Pinto (2014, p. 672), "a formação profissional é marcada na contemporaneidade pela precarização do ensino (salas lotadas, baixos investimentos em pesquisa e extensão, sobrecarga do trabalho docente, entre outros) [...]".

Concordando com a autora citada acima, as entrevistadas assinalaram que são essas questões que, de fato, contribuem para exploração/intensificação do trabalho docente, a maioria das docentes (67%) destacou a produção e o produtivismo como o principal fator que contribui para a exploração do trabalho docente, isto porque cada vez mais essa



exigência é presente nas universidades brasileiras. Essa produtividade é medida, especialmente, em termos de publicação acadêmica com exigências avaliativas. Segundo Mancebo (2011), a reformulação da produção capitalista imputou também aos docentes universitários um processo de intensificação e extensão do tempo de trabalho. Aos professores são crescentemente apresentadas demandas laborais para além de suas funções tradicionais (ensino, pesquisa e extensão). Esse trabalho, nem sempre considerado nos registros oficiais, envolve a participação em órgãos colegiados, a busca de recursos para seus projetos, as demandas oriundas de órgãos reguladores/avaliadores, as comissões, os processos, os pareceres, entre outras funções.

Assim não é difícil se compreender que tudo isso gera a competição no âmbito universitário, que acaba por se estender na luta ferrenha entre artigos, livros, projetos, entre outros, por professores competidores e empreendedores que buscam um lugar nos espaços editoriais, embora esse espaço também lhes traga reconhecimento e prestígio causados pelo ato de produzir. Conforme destaca Lêda (2006), associada ao processo de precarização das condições e das relações laborais dos professores, presenciamos, entre esses trabalhadores, a conformação de um *espírito empreendedor*. Ao buscarem melhores salários e, muitas vezes, a estrutura necessária para o próprio desempenho de seu trabalho, especialmente no âmbito da pesquisa, os docentes necessitam mobilizar atributos, habilidades e dispêndios físicos, intelectuais e emocionais não necessariamente vinculados a seu trabalho. Em geral, isso pressupõe a aproximação e submissão desses sujeitos a empresas privadas e a *alunos-clientes-consumidores*, por meio da venda de seus serviços.

Associado à produção e ao produtivismo, as docentes entrevistadas apontaram o cumprimento de prazos e metas como um dos fatores que também contribui para a intensificação do seu trabalho. Isto se deve ao fato das universidades brasileiras estarem em constantes processos avaliativos e serem pontuadas de acordo com a produção de seus cursos. Sem dúvida, isso tem gerado uma produção em massa com meta e prazo para produzir. A universidade está adquirindo características de empresa, sua avaliação é medida por aquilo que ela produz, ou seja, é a quantidade que se sobrepõe à qualidade, é a presença marcante do ideário positivista ditado pelo neoconservadorismo que marca a sociedade atual (SANTOS 2007).

Não há dúvidas de que a reformulação no mundo do trabalho intensificou o processo de exploração da classe trabalhadora, e o trabalho exercido por docentes, sejam eles assistentes sociais ou não, desenvolvido como qualquer outro trabalho, também sofre



com essas transformações. Conforme assinala Antunes (2005), as metamorfoses do mundo do trabalho têm afetado com bastante intensidade a classe que vive do trabalho por meio da troca de sua mão de obra, exigindo que o trabalhador seja polivalente e versátil para que atenda as atuais condições de trabalho a ele impostas.

3 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Essa pesquisa, certamente, não abrange completamente a realidade das condições de trabalho de todos/as assistentes sociais docentes nos cursos de formação graduada no Brasil, uma vez que a pesquisa se aproximou apenas da realidade dos cursos no extremo norte do país, entretanto, a leitura da realidade e a atual conjuntura política e econômica da sociedade brasileira nos permite fazer uma análise mais ampla dessa realidade e revelar a complexidade da temática e a necessidade de se pautar a questão em âmbito nacional.

A pesquisa nos indicou que o trabalho docente é exercido de janeiro a janeiro devido à sobrecarga de trabalho na qual está inserido o/a assistente social docente na capital roraimense. Percebemos que o espaço da criação, da dinamicidade, da imaginação não tem tido vez na docência, porque há uma supremacia no desenvolvimento de atividades técnicas, mecânicas e burocráticas. A docência propositiva perdeu espaço para o trabalho tarefeiro e polivalente. Soma-se a isso a questão de que esse exercício é pautado por uma mudança contínua em termos financeiros do professor, uma vez que a cada semestre a questão salarial depende da distribuição de disciplinas, sendo preciso assumir mais disciplinas para ter um salário um pouco melhor.

O cenário contraditório em que vivemos tem sido marcado por mudanças no campo da educação. Essa questão, inclusive, foi vivenciada por algumas profissionais entrevistadas, as quais sofreram os ataques do processo de reestruturação produtiva, pelo enxugamento do quadro funcional acabaram não mais pertencendo a IES investigada. Isso nos revela que ser professor no contexto atual é desafiante, pois cada vez mais a política de educação tem se pautar em uma lógica mercadológica.

Foi possível perceber os contrários que permeiam as relações sociais e estas são capazes de indicar que a educação não está apenas inserida no projeto de dominação neoliberal, mas também na sua possibilidade de resistência. Neste contexto, como constatou essa investigação, o trabalho docente exercido por assistentes sociais nas



instituições pesquisadas tem sofrido total influência da política neoliberal, não sendo diferente do trabalho realizado nos demais setores da sociedade. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho repercutem diretamente no trabalho docente, principalmente pelas exigências quanto a cumprimento de metas e prazos e pela extensiva jornada de trabalho como aqui várias vezes foi mencionado.

A maioria das professoras entrevistadas percebe e critica esse processo, mas se submete a essas condições por ser esta a única oportunidade que teve para exercer a profissão. As que reconhecem a intensificação de seu trabalho são conscientes de que isso advém de uma política macroestrutural que atinge o conjunto da classe trabalhadora.

Todavia, há muitos professores que ainda não reconhecem a intensificação do trabalho decorrente do fato do capital se apropriar dele, e tirar proveitos com vistas à reprodução e produção, de forma a garantir equilíbrio e mais lucros. Para rompermos com isso e remarmos na direção social eleita pelo projeto ético-político da categoria dos/as assistentes sociais é preciso que estes na condição de docentes somem forças com a luta dos trabalhadores da educação e se organizem politicamente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CURY, C.R.J. **Educação e Contradição**; elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1987.

DAL ROSSO. S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

HOBSBAWN, E. J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1919. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: o trabalho e a formação profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÊDA, D. B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. Anais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação, 29^a, 2006. Caxambu, 2006. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 10 maio 2017.



LEHER, R.; LOPES, A. Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação. In: MANCEBO, D.; SILVA JR., J. R; OLIVEIRA, J. F. (org.). **Reformas e políticas**: educação superior e pós-graduação. Campinas-SP: Alínea, 2008.

MANCEBO, D. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Revista Psicologia & Sociedade**, 25(3), 2013, 519-526.

_____. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, S. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

MOITA, F.M.G. S. C; ANDRADE, F.C.B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação** v. 14, n. 41, p. 269-393. maio/ago. 2009.

PINTO. M. B. Condições sócio-ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº120, p.662-676. Out/dez. 2014.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. E.P. da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior:** entre o público e o mercantil. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2012.

ZABALZA, M.A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.